

Ofício CPL/PMG nº 94/2022

Gravatá, 03 de Outubro de 2022.

Ilmo. Sr.
Dr. Brasília Antônio Guerra
Procurador Municipal

Através do presente encaminhamos a essa Procuradoria para o devido parecer jurídico destinado quanto à possibilidade de contratação de empresa para aquisição de materiais de expediente e escolar por intermédio de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, nos termos do art. 1º da Lei 10.520/02, tendo como critério de julgamento o menor preço por item, mediante formação de Ata de Registro de Preços – ARP para eventual e futura aquisição de materiais de expediente e escolar a fim de atender às necessidades dos órgãos integrantes da Administração Pública, conforme quantidades, especificações e condições constantes no Termo de Referência.

Sem mais para o momento, deixo minhas mais elevadas estimas e considerações.



Victor Hugo de Menezes.
Presidente e Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação.

PARECER JURÍDICO Nº. 330 /2022

PROCURADORIA MUNICIPAL

Interessado(a): Comissão Permanente de Licitação.

Assunto: formação da ata de registro de preço, mediante processo de licitação na modalidade pregão eletrônico, para eventual aquisição de materiais de expedientes e material escolar para atender as necessidades dos órgãos integrantes da Administração Pública, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Natureza: Consulta

Ementa: formação da ata de registro de preço, mediante processo de licitação na modalidade pregão eletrônico, para eventual aquisição de materiais de expedientes e material escolar para atender as necessidades dos órgãos integrantes da Administração Pública, conforme especificações constantes do Termo de Referência. Análise da questão à vista dos preceitos contidos na Lei nº 8666/93, Lei 10520/2002, no Decreto nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 16/2018 e Decreto Municipal nº 46/2018.

RELATÓRIO

Instada à manifestação desta Procuradoria pela Comissão Permanente Licitação, através do Ofício 94/2022, referente à possibilidade de formação da ata de registro de preço, mediante processo de licitação na modalidade pregão eletrônico, para eventual aquisição de materiais de expedientes e material escolar para atender as necessidades dos órgãos integrantes da Administração Pública, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

É o breve relatório.

Passo a opinar.

FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição da República prevê em seu artigo 37, inciso XXI que, salvo exceções previstas em lei, a administração pública deve efetuar suas compras mediante processo de licitação, observando, portanto, os princípios da impessoalidade, isonomia, moralidade e da legalidade que norteiam o ente público na condução de suas atividades de eminente interesse público.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O artigo 15 da Lei 8666/93, por sua vez, estabelece que, sempre que possível, as compras realizadas pela administração pública serão feitas mediante ata de registro de preço, que será regulamentada através de decreto.

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

[...]

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

[...]

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I - seleção feita mediante concorrência;

II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III - validade do registro não superior a um ano.

A ata de registro de preços, no âmbito do Município de Gravata, é regulamentada pelo Decreto Municipal nº 016/2018.

Nesse sentido, oportuno destacar que o sistema de registro de preços pode ser utilizado nos casos previstos no artigo 3º do Decreto Municipal nº 16/2018.

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

No caso em exame, a abertura da ata de registro de preços justifica-se em razão da entrega parcelada dos objetos licitados.

Ressalta-se, ainda, que a abertura da Ata de Registro de Preços gera maior eficiência administrativa e reduz o número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro, possibilitando um melhor controle orçamentário.

Demais disso, o edital de licitação para registro de preços deve observar o disposto na Lei nº 8666/93 e na Lei 10.520/2002 e contemplar, no mínimo, os requisitos previstos no artigo 9º do Decreto Municipal nº 16/2018, a saber:

Art. 9º O edital de licitação para registro de preços [...] contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 22, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

V - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no **caput** do art. 12;

VI - órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

VIII - penalidades por descumprimento das condições;

IX - minuta da ata de registro de preços como anexo; e

X - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

A licitação para registro de preços pode ser realizada na modalidade concorrência ou na modalidade pregão e deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado. É o que se depreende do artigo 7º do decreto municipal nº 16/2018.

O caso em tela se refere à formação da ata de registro de preço para eventual aquisição de materiais escolares e de expedientes para atender as necessidades dos órgãos integrantes da Administração Pública.

Conforme justificativa constante do Termo de Referência, a aquisição dos materiais é imprescindível para suprir as necessidades de fornecimento interno, bem como para melhor atender as demandas das secretarias municipais.

No mais, o bem em referência é considerado comum, ou seja, aquele cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital e por meio de especificação usual de mercado.

Sendo assim, por se tratar de aquisição de bem comum, o pregão eletrônico é a modalidade que melhor se adequa ao caso em exame. É o que se infere dos artigos 2º e 4º do Decreto Municipal nº 46/2018, que trata do Pregão Eletrônico no âmbito do Município de Gravata.

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for efetuada à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

§1º Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 4º. Para aquisição de bens e serviços comuns será adotada preferencialmente a modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

Outrossim, no caso em tela, os objetos são divisíveis, justificando, assim, a escolha pela realização de licitação por itens ou lotes, que está prevista no art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/931, de modo a majorar a competitividade do certame.

No mais, a documentação endereçada a esta procuradoria atende às exigências legais da fase preparatória do pregão, previstas no artigo 9º do Decreto Municipal nº 46/2018.

Art. 9º Na fase preparatória do Pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

- I- Definição do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a sua realização;
- II- Elaboração do Termo de Referência pelo órgão requisitante, assinado e datado pela autoridade competente devidamente identificada, contendo a indicação do objeto na forma do inciso anterior e todas as demais informações pertinentes e necessárias à elaboração do edital;
- III- Apresentação de justificativa da necessidade da aquisição pretendida;
- IV- Elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;
- V- Definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração.

Por fim, ressalta-se que a estimativa de preços para a formação da ata corresponde ao total de R\$ 227.408,61 (duzentos e vinte e sete mil quatrocentos e oito reais e sessenta e um centavos), cujos valores foram obtidos mediante ampla pesquisa de mercado, conforme se depreende do Termo de Referência.

Além disso, as despesas decorrentes de eventual contratação possuem dotação orçamentária própria, previstas no orçamento do Poder Executivo Municipal para o exercício de 2022.

De todo o exposto, estando a documentação em consonância com os preceitos legais contidos no Decreto 16/2018, Decreto 46/2018 e nas demais legislações aplicáveis ao caso em exame, é cabível a formação da ata de registro de preços, mediante procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, para eventual aquisição de materiais de expedientes e material escolar para atender as necessidades dos órgãos

integrantes da Administração Pública, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, analisando o objeto da consulta à luz da Lei 8666/93, do Decreto Municipal 16/2018 e Decreto Municipal 46/2018, **opino pela possibilidade da formação da ata de registro de preço, mediante processo de licitação na modalidade pregão eletrônico, para eventual aquisição de materiais de expedientes e material escolar, para atender as necessidades dos órgãos integrantes da Administração Pública, conforme especificações constantes do Termo de Referência.**

É o parecer s. m. j.

Gravatá (PE), 04 de outubro de 2022.



Júlia Suassuna de Albuquerque Wanderley
Procuradora Municipal



Brasília Antônio Guerra
Procurador Geral do Município